

Ata nº 3/2022

16 de dezembro de 2022



*aus*

----- Aos dezasseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Geral (CG) do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), em sessão ordinária, na Escola Superior Agrária de Coimbra, presidido pela sua Presidente, Maria Manuel Leitão Marques. -----

----- Estiveram presentes os conselheiros que assinaram a folha de presenças anexa a esta ata (Doc. 1) e, na qualidade de convidados e sem direito a voto, o Presidente do IPC (PIPC) Jorge Conde, o Presidente da Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC), Rui Antunes, a Presidente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital (ESTGOH), Vera Cunha, o Presidente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC), Alexandre Silva, o Presidente do Instituto Superior de Engenharia, Mário Velindro, o Vice-Presidente da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra (ESTeSC), Telmo Pereira (em substituição do Presidente), e a Diretora do i2A, Marta Henriques. Justificaram a sua ausência, até à hora de início da reunião, os conselheiros Ana Rita Mendes, Carlos Santos, Lídia Pereira, Pedro Machado, Regina Pinto, Rosário Gambôa, Rui Soles Gonçalves e Tiago Estevão Martins (Doc. 2). -----

----- A ordem de trabalhos (OT) foi a seguinte: -----

----- **A) INFORMAÇÕES:** -----

----- **Ponto 1 – Informações;** -----

----- **a) Processo eleitoral dos representantes dos estudantes no Conselho Geral;** -----

----- **B) DELIBERAÇÕES:** -----

----- **Ponto 2 – Apreciação do Plano de Atividades do IPC para 2023;** -----

----- **Ponto 3 – Apreciação do Orçamento do IPC e do Orçamento dos SAS para 2023;** -----

----- **Ponto 4 – Aquisição de imóvel para construção de Residência de Estudantes;** -----

----- **C) OUTROS ASSUNTOS:** -----

----- **Ponto 5 - Outros assuntos.** -----

----- Verificando-se a existência de quórum, a Presidente do Conselho Geral (PCG), Maria Manuel Leitão Marques, cumprimentou os conselheiros e os convidados presentes e deu início à reunião. -----

----- **A) INFORMAÇÕES** -----

----- **Ponto 1 – Informações.** -----

----- **a) Processo eleitoral dos representantes dos estudantes no Conselho Geral.** A PCG informou que foi realizada ontem, dia 15, a eleição dos representantes dos estudantes no CG, à qual se apresentou uma lista única, e que o processo eleitoral ficou agora concluído com a homologação dos resultados da

eleição. -----

----- **B) DELIBERAÇÕES:** -----

----- **Ponto 2 – Apreciação do Plano de Atividades do IPC para 2023.** A PCG deu a palavra ao PIPC para apresentar este ponto (Doc. 3). O PIPC fez uma breve apresentação dos 13 objetivos do Plano de Atividades (PA) e disponibilizou-se para prestar esclarecimentos sobre o documento. Interveio o conselheiro Silvino Capitão que referiu os seguintes aspetos: relativamente às prestações de serviço, sugeriu a criação de uma estrutura de apoio e manifestou a necessidade de renovação dos equipamentos existentes que correm o risco de ficar obsoletos; considerou que se devia aprofundar mais o uso das redes sociais, com recurso às ferramentas de analítica para redes sociais, com o intuito de saber quem nos procura e o que procura; quanto aos mapas de pessoal, pediu um esclarecimento sobre o número de professores coordenadores a contratar, que lhe pareceu baixo quando está prevista a abertura de concursos internos de promoção a essa categoria. De seguida interveio o conselheiro Eduardo Natividade que começou por reforçar as preocupações do conselheiro Silvino Capitão no que diz respeito às prestações de serviços, quer relativamente ao problema dos equipamentos, quer por ser um processo burocrático muito pesado que impede de dar resposta em tempo útil. O conselheiro Eduardo Natividade pediu ainda uma reflexão sobre o mapa de idade média dos docentes, que se traduz numa maior dificuldade de adaptação às novas exigências do ensino e de inovação, questionou o PIPC sobre o atraso no pagamento das verbas dos CTESP, sobre o porquê de não haver promoções e sobre o objetivo de apenas chegar aos 40% de professores coordenadores havendo possibilidade de abrir concursos internos, e aludiu à desmotivação dos docentes por não haver perspectiva de progressão na carreira. A PCG agradeceu o rigor do trabalho desenvolvido no PA, quer pelo conteúdo, quer pela forma como o documento está organizado, e chamou a atenção para um ponto estratégico que deve ser pensado e que tem a ver com o número de ciclos de estudos ativos que existem no ensino superior, um número preocupante em termos de gestão do sistema, referindo que é conveniente olhar para as sobreposições que temos de ciclos de estudos, para os ciclos de estudo que criámos e que talvez não seja preciso manter. A PCG mencionou também a questão da cooperação entre instituições que é um ponto fraco de todo o nosso sistema. Finalmente, a PCG lançou o desafio ao PIPC de elencar, dentro dos objetivos e metas do PA, aquilo com que nos sentiremos muito frustrados se dissermos no final do ano que não fizemos. Interveio o PIPC que começou por referir a questão das prestações de serviços, mostrando disponibilidade para pensar, dentro da organização, numa estrutura de apoio. Quanto aos equipamentos, lembrou que é um aspeto que não pode ser tratado a nível central, uma vez que as Escolas têm autonomia e que têm de ser as Escolas a planear o que deve ser feito. Ainda que a nível central possa ser

feita a angariação do dinheiro, a sua alocação é feita pelas Escolas. O PIPC manifestou-se inteiramente de acordo com a sugestão do recurso às ferramentas de analítica para redes sociais, que procurará implementar. Relativamente ao mapa de pessoal, o PIPC esclareceu que o documento apresentado é o que acompanhou a proposta de orçamento enviada para Lisboa em agosto, e que as alterações ao mapa de pessoal só poderão ser feitas a partir de janeiro. Quanto aos concursos e ao crescimento do mapa de pessoal, o PIPC chamou a atenção para a condicionante financeira, dado que para abrir concursos, mesmo os concursos internos, é preciso cabimentar a despesa, pelo que a abertura de concursos tem de ser feita em cascata e não em simultâneo. O PIPC referiu ainda que o desafio é saber se as Escolas vão conseguir atingir a meta dos 40% de professores coordenadores, atendendo às limitações financeiras, e que não foi fixada a meta dos 50% porque há uma margem que deve ser preenchida por concursos externos. Neste ponto interveio a conselheira Cristina Agreira, para reforçar que deveria ser permitida a abertura de concursos internos até ao limite de 50%, uma vez que muitos dos docentes que estão agora em condições de concorrer a estes concursos se irão aposentar em breve, podendo depois recorrer-se a concursos externos para preencher essas vagas. Retomou a palavra o PIPC que concordou que algum trabalho vai ter de ser feito para a renovação do corpo docente, mas que existe sempre o problema financeiro. O PIPC esclareceu que a possibilidade de os docentes progredirem com 10 pontos depende da existência de um despacho que nunca foi emitido e que, desde sempre, o CCISP tem questionado a tutela sobre este assunto. Quanto ao atraso no pagamento dos CTeSP, o PIPC informou que a CCDR ainda não tem verba disponível para efetuar esse pagamento. No que diz respeito aos ciclos de estudos, o PIPC concordou com a necessidade de repensar a oferta formativa. Quanto aos grandes desafios de 2023, o PIPC destacou a criação da Escola de CTeSP e da Escola de Turismo, bem como a dinamização dos polos da Lousã e de Cantanhede, a dinamização dos centros de investigação e a construção das residências de Coimbra e de Oliveira do Hospital. No final da intervenção do PIPC ausentaram-se os conselheiros António Gabriel, Cristina Agreira e Ricardo Rodrigues. O conselheiro Pedro Bravo questionou o PIPC sobre o projeto da Escola de CTeSP, no sentido de saber se a escola pretende vir a albergar novos cursos ou se será para os cursos já existentes, tendo o PIPC esclarecido que se trata de um projeto concorrencial: a Escola vai lecionar CTeSP mas as outras Escolas não têm de deixar de o fazer. Ainda sobre este assunto, o conselheiro José Sousa perguntou ao PIPC se a Escola de CTeSP vai ter laboratórios, uma vez que são cursos que têm uma componente prática muito grande, tendo o PIPC informado que não, que os alunos se vão deslocar às outras Escolas. Encerrada a discussão, a PCG recordou os membros presentes que a aprovação do Plano de Atividades carece de parecer dos Elementos Externos (EE) do CG, e agradeceu ao conselheiro Pedro Machado a elaboração do parecer, o qual foi aprovado por unanimidade dos EE



(Doc.4). De seguida a PCG colocou o Plano de Atividades do IPC de 2023 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos membros presentes, com 18 votos a favor. -----

----- **Ponto 3 – Apreciação do Orçamento do IPC e do Orçamento dos SAS para 2023.** A PCG deu a palavra ao PIPC que se disponibilizou para prestar esclarecimentos sobre os Orçamentos do IPC e dos SAS para 2023 (Doc. 3). Interveio a conselheira Madalena Abreu que questionou o PIPC sobre a prioridade na utilização do aumento do orçamento, tendo o PIPC esclarecido que de aumento de funcionamento o IPC recebeu um milhão a mais, e que o resto do aumento do orçamento está alocado a projetos específicos. A PCG colocou os Orçamentos do IPC e dos SAS para 2023 a votação, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade dos membros presentes, com 18 votos a favor. -----

----- **Ponto 4 – Aquisição de imóvel para construção de Residência de Estudantes.** A discussão deste ponto foi adiada para a próxima reunião do Conselho Geral. -----

----- **Ponto 5 – Outros assuntos.** Não foram discutidos outros assuntos. -----

----- Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de ter sido circulada por todos os conselheiros presentes e por eles aprovada, é assinada pela Presidente do Conselho Geral e por mim, Ana Cristina Abreu, que a secretariei. -----

*Ana Cristina Abreu*

*Ana Cristina Abreu*